



## A CENTRALIDADE DO TRABALHO E DA QUESTÃO SOCIAL: SUBSÍDIOS PARA AS DIRETRIZES CURRICULARES DO SERVIÇO SOCIAL

*The centrality of work and of the social issue: aids for The Social Service Curriculum Guidelines*

Grupo Temático de Pesquisa da ABEPSS Trabalho, Questão Social e Serviço Social

**Ângela Santana do Amaral \***

 <https://orcid.org/0000-0003-2038-1296>

**Ana Cristina Oliveira de Oliveira \*\***

 <https://orcid.org/0000-0002-3806-6385>

**Cristiane Luiza Sabino de Souza \*\*\***

 <https://orcid.org/0000-0002-6044-619X>

**Edvânia Ângela de Souza \*\*\*\***

 <https://orcid.org/0000-0002-8997-7592>

**Ricardo Lara \*\*\*\*\***

 <https://orcid.org/0000-0003-1631-8227>

**Vera Lúcia Batista Gomes \*\*\*\*\***

 <https://orcid.org/0000-0002-8146-5082>

---

\* Assistente Social. Doutorado em Serviço Social. Professora Associada do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. (UFPE, Recife, Brasil). Av. Prof. Moraes Rego, nº 1235, Cidade Universitária, Recife (PE), CEP.: 50670-901. E-mail: [angela.amaral@ufpe.br](mailto:angela.amaral@ufpe.br).

\*\* Assistente Social. Doutorado em Serviço Social. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (UFF). Rua Miguel de Frias, nº 9, Icaraí, Niterói (RJ), CEP.: 24220-900. E-mail: [anacoliveira60@gmail.com](mailto:anacoliveira60@gmail.com).

\*\*\* Assistente Social. Doutorado em Serviço Social. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. (UFSC, Florianópolis, Brasil). R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/ nº, Trindade, Florianópolis (SC), CEP.: 88040-900. E-mail: [crisabino1@gmail.com](mailto:crisabino1@gmail.com).

\*\*\*\* Assistente Social. Doutorado em Serviço Social. Professora do Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais (Unifesp-Baixada Santista, Santos, Brasil). Edifício Central, R. Silva Jardim, nº 136, Vila Matias, Santos (SP), CEP.: 11015-020. E-mail: [edvaniaangela@hotmail.com](mailto:edvaniaangela@hotmail.com).

\*\*\*\*\* Assistente Social. Doutor em Serviço Social. Professor Associado do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. (UFSC, Florianópolis, Brasil). R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/ nº, Trindade, Florianópolis (SC), CEP.: 88040-900. E-mail: [ricardolarauf@gmail.com](mailto:ricardolarauf@gmail.com).

\*\*\*\*\* Assistente Social. Doutora em Sociologia do trabalho. Professora Associada IV do Curso de Graduação e Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA, Belém, Brasil). Av. Augusto Correa, nº 1, Bairro do Guamá, Belém (PA), CEP.: 66075-110. E-mail: [veragomesbelem@hotmail.com](mailto:veragomesbelem@hotmail.com) e [veralucia@ufpa.br](mailto:veralucia@ufpa.br).

DOI 10.22422/temporalis.2021v21n42p213-229

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2021. **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

**RESUMO**

O presente artigo trata de algumas contribuições do Grupo Temático de Pesquisa Trabalho, Questão Social e Serviço Social da ABEPSS sobre as atuais tendências do debate da questão social. Busca-se apresentar uma linha argumentativa da centralidade do trabalho e da questão social como eixo articulador das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, à luz da crítica da economia política, ressaltando a profícua contribuição da tradição marxista para o desvendar da questão social, tendo em vistas as particularidades da formação social brasileira nas suas relações globais com a totalidade dos processos de acumulação do capital, o capitalismo dependente na contemporaneidade e as complexas e contraditórias relações entre capital e trabalho. Assim, foram discutidas as principais tendências no debate do trabalho e da questão social nos últimos anos, identificando o acúmulo teórico crítico da profissão nessa temática; assim como, a presença de tendências liberais-pós-modernas, assépticas de crítica e reforçadoras do *status quo*. A análise das tendências no debate da questão social a partir da perspectiva assinalada possibilitou apontar suas determinações e os necessários avanços.

**PALAVRAS-CHAVE**

Trabalho. Questão Social. Serviço Social.

**ABSTRACT**

This article deals with some contributions from the ABEPSS Thematic Research Group on Work, Social Issue and Social Service on current trends in the debate on the social issue. The aim is to present an argumentative line of the centrality of work and the social issue as the articulating axis of the ABEPSS Curriculum Guidelines, in the light of the critique of political economy, highlighting the fruitful contribution of the Marxist tradition to unravel the social issue, with a view to particularities of Brazilian social formation in its global relations with the totality of capital accumulation processes, contemporary dependent capitalism and the complex and contradictory relations between capital and labor. Thus, the main trends in the debate on work and the social issue in recent years were discussed, identifying the critical theoretical accumulation of the profession on this topic, as well as the presence of liberal-postmodern trends, critical aseptic and reinforcing the *status quo*. The analysis of trends in the debate on the social issue from the aforementioned perspective made it possible to point out its determinations and the necessary advances

**KEYWORDS**

Work. Social Issues. Social Work.

**INTRODUÇÃO**

Desde a década de 1980, o Serviço Social, no Brasil, como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho vem afirmando o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais. Enquanto área de pesquisa e produção de conhecimentos tem produzido importantes análises críticas sobre a questão social e as formas de enfrentamento das suas múltiplas expressões. Segundo Lara et al (2015), referencia-se notáveis avanços nos estudos e pesquisas sobre trabalho e questão social, pelo Serviço Social, conferindo densidade ao debate, na perspectiva de fortalecer as relações que envolvem a temática, as quais são produto das relações sociais capitalistas, vinculando-as às determinações sócio-históricas que particularizam a formação social brasileira, inserindo-o no campo das discussões contemporâneas sobre as profundas mudanças no mundo do trabalho.

Hoje, em 2021, a profissão acumula um caldo cultural arquetetado ao longo de sua história, que sempre contou com o engajamento coletivo da categoria. Do Congresso da Virada, à formulação do Código de Ética, de 1993, passando pelo amplo e democrático debate sobre as Diretrizes Curriculares, a profissão se orientou na perspectiva das lutas pela emancipação das classes trabalhadoras, apostando na formação crítica dos seus quadros profissionais e abraçando os fundamentos da tradição marxista. Na sua trajetória, exercitou sua dimensão política, ao fortalecer as entidades representativas da categoria dos/as assistentes sociais e posicionar-se de

forma contundente contra qualquer forma de desigualdade/exploração/opressão de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração.

As mudanças contemporâneas na sociabilidade capitalista requerem dos/as assistentes sociais novos elementos para compreensão da realidade nos seus aspectos da produção e reprodução social da vida. Por conseguinte, lançam desafios para o *fazer ciência* de forma rigorosa e sintonizada ao movimento da universalidade e as mediações que conectam as transformações societárias à particularidade histórica da sociedade brasileira.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) definiram a relação entre trabalho e questão social como eixos fundantes do projeto de formação profissional. Nesse quesito, incumbe recordar alguns elementos importantes referidos no documento e interpretados à luz dos nossos dias: a) o Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social; b) a relação do Serviço Social com a questão social é mediada pelos processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos do exercício profissional; c) o agravamento da questão social em face da conjuntura da acumulação capitalista, seja em relação às suas determinações gerais e/ou suas entificações regionais e locais, desencadeiam repercussões no Serviço Social enquanto área de conhecimento e profissão. Essas premissas evidenciam a análise da questão social como indissociável das configurações assumidas pelo trabalho, bem como, situa a “[...] arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe, acerca de concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais” (IAMAMOTO, 2001, p. 10).

Desta forma, a intrínseca relação entre trabalho e questão social na configuração do desenvolvimento capitalista, em particular, do capitalismo dependente brasileiro, só se torna compreensível quando se apreendem as relações fundantes da sua forma específica, ao considerar que “[...] as determinações emanadas da ordem social burguesa madura [...] tendem a exigir o enfrentamento das contradições sociais por elas produzidas [...] mobilizando construções e propostas profissionais” (MOTA, 2016, p. 175).

Estruturalmente, a “questão social”, em solo brasileiro, traz arraigada à sua constituição os determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais do sistema escravista que perdurou por quase 400 anos e, quando por fim, a escravização é extinta, o Estado e elite agrária, representações do senhor de escravo e de seus interesses, arquitetaram legislações específicas e amplos subsídios estatais para vinda do europeu branco. É sob este entendimento que a questão social se constitui como objeto do Serviço Social e atravessa a formação em suas múltiplas expressões. Assim, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), ao instituir as Diretrizes Curriculares de 1996, reafirma que a questão social é o elemento que dá concretude à profissão, “[...] ou seja, que é a sua base de fundação histórico-social na realidade, portanto, deve se constituir o eixo ordenador do currículo, diga-se, da formação profissional” (BEHRING; SANTOS, 2009, p. 269).

A propósito, o Serviço Social brasileiro vem acumulando debates sobre a questão social enquanto elemento central entre a profissão e a realidade social, o que pressupõe a divisão da sociedade em classes sociais e a ampliação das desigualdades sociais engendradas pela sociedade capitalista. A questão social é impensável sem a intermediação do Estado, bem como sua gênese

pulsa do “[...] caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho” (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Pelo exposto, afirma-se que a análise da questão social, consoante ao movimento da acumulação e reprodução ampliada do capital se apresenta como fulcral para a compreensão dos elementos estruturais que emergem na vida de grande parte da classe trabalhadora, vivenciados na forma de desemprego, subemprego, pobreza e toda ordem de conflitos que aparecem na sociedade como se fossem isentos da ordem econômica, os quais não são alheios ou “[...] novos para um modo de produção que se baseia na exploração do trabalho e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida, deixando aos trabalhadores a venda da força de trabalho como possibilidade única de obter sua reprodução física e espiritual (LARA; MARANHÃO, 2019, p. 39).

Nossa compreensão se coaduna com o argumento de Lara e Maranhão (2019) ao destacar que a análise da questão social exige a mediação com a teoria marxiana da lei geral da acumulação capitalista. “Esta é uma chave heurística essencial para o começo de qualquer investigação concreta que pretenda avançar nos estudos sobre as situações históricas particulares da ‘questão social’” (LARA; MARANHÃO, 2019, p.39). Nessa perspectiva, a centralidade do trabalho para a compreensão da “questão social” é um divisor de águas para o Serviço Social descortinar o que se mostra naturalizado na sociedade ou determinado por questões alheias ao sistema capitalista, como: a precarização do trabalho e da vida social; a crise do capital e a captura do fundo público que só têm explicação se pensados a partir do processo de superexploração<sup>1</sup> e de expropriação do trabalho.

As lutas da classe trabalhadora no Brasil têm como marco a colonização e a escravidão, arrastando para a sociedade capitalista dependente que a sucedeu, uma estrutura de desigualdade social e racial. Precarização do trabalho, neste território, é a expressão da radicalidade das contradições inerentes à dinâmica do capital, sob a qual o racismo e o sexismo assumem, dadas as desigualdades fundantes da sociedade brasileira, um caráter estrutural e, portanto, determinante das relações sociais como um todo.

O pensamento oficial que abordou a formação social brasileira, em especial a constituição da força de trabalho e o sujeito subjetivo do processo de trabalho, em alguns casos, concentrou as análises da questão social nos processos gerais e conformadores da ordem, o que pode ter cristalizado uma perspectiva de compreensão do trabalho e da questão social que nos parece insuficiente para desnudar a complexidade da relação trabalho e questão social. Nesta direção, as abordagens devem incorporar outros determinantes, também centrais, para saturar as análises e enriquecê-las com o acerto cultural que foi se adensando na intelectualidade da profissão.

Em vista dos avanços, lacunas e desafios sobre o debate da questão social, este texto objetiva contribuir com o acervo acumulado das entidades representativas da profissão<sup>2</sup> sobre a relação trabalho, questão social e Serviço Social. Pretende-se apresentar uma linha argumentativa das

---

<sup>1</sup>Segundo Carcanholo (2017), a categoria superexploração da força de trabalho é central na teoria marxista da dependência e é entendida como o sentido das formas/mecanismos do, aumento das taxas de mais-valia, como o conjunto de todas as situações que permitem o aumento do grau de exploração da força de trabalho, a partir da redução dos salários a um nível inferior desta.

<sup>2</sup> Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

tendências que a temática assume na atualidade e expor as conquistas, dificuldades, contradições e também os desafios projetados para o Serviço Social brasileiro, em tempos de regressão civilizatória em todas as dimensões da vida social.

## **SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL E TRABALHO: UM DIÁLOGO PROFÍCUO COM A TRADIÇÃO MARXISTA**

Nas lutas pelo fim da ditadura empresarial-militar e pela redemocratização da sociedade brasileira, a profissão de Serviço Social no Brasil passou a mover-se no terreno das contradições engendradas pela sociabilidade capitalista e a posicionar-se no sentido de responder às necessidades das classes subalternizadas, compreendendo a sua condição de trabalhador assalariado, mas exercendo a sua relativa autonomia profissional diante das imposições institucionais. Nessa trilha, perseguiu e alcançou um incontestável desenvolvimento nos planos intelectual e interventivo, iluminado pelas lutas sociais e suas demandas.

Os anos 1980 e 1990 revelaram uma vanguarda profissional que esteve à frente de projetos e proposições políticas e aproximou o Serviço Social brasileiro da tradição marxista, mantendo com ela um rico diálogo evidenciado nas Diretrizes Curriculares de 1996. É inegável que tal construção só foi possível a partir de um solo onde a organização ético-política e teórico-metodológica da profissão, estabelecidas a partir do Movimento de Reconceituação, confluiu para a formulação de um projeto profissional comprometido com a realidade social e, em particular, com a realidade da classe trabalhadora latino-americana, espraiando a base social estratégica de uma cultura profissional progressista, de esquerda e crítica (MOTA; AMARAL, 2000). Esse processo não pode ser visto de forma homogênea ou isento de problemas, de que são exemplos o ecletismo e a endogenia, como já evidenciado por Silva (2019, p. 112).

A tradição marxista, abraçada pela profissão na construção do seu arcabouço teórico-metodológico e sintonizada às reais necessidades do trabalho e atento à realidade social, recusou a fidelidade com a ordem social imposta, e, mais ainda, com um tipo de formação, de trabalho profissional e de produção de conhecimentos que não enfrentavam a discussão mais aprofundada das contradições inerentes às relações sociais capitalistas e da luta de classes. Ao fazer isso, o Serviço Social afastava-se da simplificação dos problemas oriundos da ordem burguesa e dos seus pressupostos de segmentação entre teoria e prática e de respostas conservadoras pautadas em comportamentos sociais de cunho liberais, tais como “liberdade” e individualismo exacerbados.

Não se trata apenas da recusa ao socialmente imposto, mas de desmistificar as explicações em torno dos problemas sociais, que a partir da crítica da economia política, tem sido possível a construção de interpretações exitosas sobre a questão social e respectiva produção teórica a partir “[...] de uma teoria social que não se resume à explicação apologética da “pobreza e das desigualdades sociais” existentes, mas, pelo contrário, busca um método de apreensão de suas determinações sociais concretas, para com isso historicizar as relações sociais, tratando-as no solo das vivas disputas de projetos societários” (LARA; MARANHÃO, 2019, p. 38).

Vale lembrar que a emergência e o aviltamento das mazelas sociais fundadas e refundadas pela expansão do capital são constitutivos da dinâmica capitalista e do seu projeto de dominação; todavia, compõem-se como fenômenos naturalizados ou como decorrência de uma

deformidade do comportamento. Para se apresentarem enquanto tal, as ideologias dominantes cumprem a função de disseminação e enraizamento de concepções, valores e modos de ser e viver compatíveis aos seus projetos particulares de classe.

O livro de Iamamoto e Carvalho (1985), *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, é um marco para o Serviço Social brasileiro, dado que inaugura o pensamento social da profissão a partir da compreensão e da apropriação da teoria marxista. Assim é que a existência do Serviço Social é analisada a partir do modo de produção capitalista, sendo uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, ou seja, como especialização do trabalho coletivo, cujas relações se dão por meio da venda da sua força de trabalho no mercado; outrossim, é este que determina a existência da profissão (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985). Impõe-se, assim, uma virada em direção ao materialismo histórico para a apreensão da “questão social” como parte da totalidade social, do complexo de complexos, da teoria do valor (MARX, 2006), que deixa de ser vista meramente como pobreza, ou resultante dos inúmeros carecimentos sociais ou de escolhas individuais. Nas elaborações de Netto (2001),

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital suas existências e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante (NETTO, 2001, p. 45).

O Serviço Social brasileiro, no seu processo e projeto para imprimir uma direção social estratégica à profissão alcançou reconhecimento e legitimidade ao compreender as relações sociais capitalistas enquanto práticas de classe e de articulá-las ao movimento mais geral da economia e da política, particularizando-o na sociedade brasileira, donde o conjunto das forças sociais em presença comparece de forma distinta na estrutura social.

Dessa forma, sem que seja possível apreender esse movimento e suas conseqüentes mediações que incidem no trabalho explorado e expropriado, não seremos capazes de dar respostas qualificadas que se assentem em pesquisa e produção de conhecimentos das situações concretas e intervenções e, fundamentalmente, em um método de análise da realidade que exponha as contradições do sistema, as desigualdades por ele geradas e suas expressões na vida cotidiana da classe trabalhadora.

Nessa ampla perspectiva, as Diretrizes Curriculares cravam a formação profissional, a partir da centralidade do trabalho, da dinâmica de reestruturação do capital e do trabalho contemporâneos na mediação com o cotidiano de trabalho profissional do Serviço Social (ABEPSS, 1996). A partir de seus três núcleos de fundamentação<sup>3</sup> e respectivos conteúdos programáticos, o Serviço Social acerta em trazer para o debate da formação profissional um conteúdo e uma direção que sejam capazes de produzir investigações, subsidiar intervenções e criar espaços de socialização de conhecimentos que tensionem a sociabilidade burguesa.

Esse é um desdobramento do acúmulo que a profissão tem feito a partir da crítica da economia política, das novas determinações da divisão internacional do trabalho, da crise econômica e das respostas buscadas pelo capital para a superação da crise que resultam no seu aprofundamento.

---

<sup>3</sup> Núcleos de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

Na particularidade latino-americana e especialmente, no Brasil, o esforço e as exigências para analisar as economias dependentes e periféricas aliam-se à urgente necessidade de apropriar-se de um acervo histórico que explicita as particularidades do desenvolvimento desigual e combinado, que caracterizam tais economias, suas trajetórias singulares na constituição do mercado de trabalho assalariado, nas condições de reprodução da força de trabalho, nas resistências das classes trabalhadoras, assim como, as formas de dominação econômica, política, ideológica e cultural das classes dominantes para manter as múltiplas formas de dominação requeridas pelas relações de exploração.

## **O BRASIL CONTEMPORÂNEO E AS COMPLEXAS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL**

A interlocução do Serviço Social brasileiro com autores clássicos e contemporâneos que têm como objeto de estudos e pesquisas o campo do trabalho abriu um leque de análises fecundas para esquadrihar as novas configurações da dinâmica capitalista que, sob a chamada *acumulação flexível* confere ao trabalho e à força de trabalho uma nova racionalidade, como parte das estratégias capitalistas para substituir o trabalho vivo pelo trabalho morto, criar formas renovadas de subordinação do trabalho ao capital, e erodir as identidades classistas constituídas nas práticas político-organizativas das classes trabalhadoras.

Trata-se de um movimento molecular necessário à nova fase de acumulação capitalista para criar um trabalhador de novo-tipo, desvinculado de suas organizações coletivas e acomodado em uma miríade de formas e modalidades de trabalho que prescindem da proteção social conquistada historicamente nas lutas e tentam recompor suas bases objetivas e subjetivas de dominação.

Em que pese considerar que esse processo se articula em nível mundial, através das orientações e diretrizes de organismos multilaterais para incrementar as iniciativas de austeridade e de ajustes fiscais, privatizar empresas públicas e oferecer ao mercado e aos grupos dominantes as fatias mais generosas da riqueza socialmente produzida, nos países de economia dependente, tais reformas encontram eco nos governos locais, inclusive naqueles de viés progressistas, os quais, mesmo reconhecendo o caráter distributivo da intervenção sobre as expressões da questão social, promoveram e legitimaram reformas que se alinhavam ao movimento do mercado mundial. Nessa perspectiva,

Há necessidade de legitimação das reformas econômicas impostas pelo processo de acumulação capitalista contemporâneo. Para tanto, faz-se imprescindível criar uma nova cultura do trabalho, fundada em conceitos que se afastam do campo do trabalho protegido e coletivo para um de traços mais individualizante e vinculados a uma racionalidade de novo-tipo, tais como o empreendedorismo, a empregabilidade, as competências sócio-emocionais, o autoemprego, o capital cognitivo, as políticas ativas, para assinalar apenas os mais recorrentes (AMARAL, 2018, p. 245).

Em termos gerais, as políticas neoliberais avançaram -não sem resistência- e os conglomerados financeiros puderam reatualizar suas condições de concentração e centralização do capital, expandindo seus negócios e sua capacidade de desvalorização da força de trabalho, força produtiva por excelência, nos termos de Marx. Mas o fizeram sob bases destrutivas que abarcam a totalidade da vida social: o avanço desmesurado sobre a natureza e seus recursos, a subtração das condições de reprodução social ao mínimo necessário, a violência estatal sobre a população

pobre, preta e periférica, o ataque e extermínio dos povos originários e grupos LGBTQI+ e outros segmentos da classe trabalhadora, ademais da ofensiva aos direitos sociais e humanos.

No Brasil, neste cenário acentuam-se as desigualdades históricas e o desemprego estrutural, o mercado de trabalho, de forma geral, cada vez mais flexibilizado, desregulamentado, informal e precário. Aqui, a precariedade deve ser compreendida como inerente aos processos de exploração da força de trabalho e não como um termo abstrato e deslocado das relações sociais que o determinam. Sua compreensão impõe considerar a lógica da produção e da reprodução sociais como uma unidade dialética, mas não idêntica. Entende-se que “[...] as relações sociais de sexo, raça e classe são antagônicas e estruturais porque determinam materialmente a exploração do trabalho, por meio da divisão de classe e da divisão sexual e racial do trabalho” (CISNE, 2018, p. 12).

O esforço de compreensão das relações sociais de sexo, raça e classe tem sido permanente e necessário àqueles/as que afirmam o método histórico-dialético de análise da realidade como atual e vigente para responder às complexidades e novas configurações do trabalho na sua vinculação com a questão social, posto que

Não se trata de dividir, tampouco fragmentar a classe, uma ideia que lamentavelmente ainda circula em setores de esquerda, como se a luta feminista desvirtuasse o caminho da luta de classes. Trata-se, ao contrário, de entender as particularidades da classe para compreendê-la na sua totalidade, sem perder a sua unidade em particularismos identitários, que ao dar ênfase apenas às diferenças, fragmentam, isolam e perdem o que temos em comum e que nos unifica: a necessidade de um projeto classista e emancipatório (CISNE, 2018, p. 213).

Sob o argumento da crise e sustentados materialmente por ideologias que concretizam múltiplas modalidades de trabalho, a burguesia, ancorada no Estado, sedimentou o rebaixamento do valor da força de trabalho- consequentemente, sua desvalorização-, e atuou para consolidar a devastação dos direitos do trabalho e dos aparatos jurídico-formais que a classe trabalhadora lançava mão para defesa das suas condições de existência. O intento de recompor as taxas de rentabilidade e produtividade do capital estabeleceu a combinação de várias modalidades de organização do trabalho, centrados na flexibilidade e com impactos sobre o tempo de trabalho, a organização da produção e as condições de trabalho, impoem o aviltamento da destruição dos mínimos direitos trabalhistas historicamente conquistados através de muita luta (AMARAL, 2018). Os direitos do trabalho e previdenciário foram duramente atingidos, e, embora já desde as décadas de 1990 e 2000 já estivessem sendo alvo de ofensivas, é na segunda metade dos anos 2000 e, particularmente no contexto da crise de 2008 que as mudanças são aceleradas, com o aumento da superpopulação relativa e a intensificação de formas de exploração da força de trabalho. A explosão da informalidade, do desemprego, da fome e o contexto da pandemia da COVID-19 acirraram as desigualdades, e expuseram os traços antidemocrático, conservador e reacionário de uma burguesia e seus representantes no governo que sempre atuaram no sentido de conduzir a economia sob bases destrutivas onde “[...] o arcaico alimentava o moderno, e este promovia as formas de aproveitamento daquele” (OLIVEIRA, 2018, p. 73).

Processo que se tornou mais visível a partir de 2016, quando a burguesia brasileira, a partir das determinações econômicas mais gerais, promoveu um rearranjo de forças no Estado para a captura do fundo público e para assegurar os compromissos financeiros com a burguesia

internacional. As iniciativas predatórias se expressam na aprovação da Emenda Constitucional n. 95, em 2016, seguida da contrarreforma trabalhista a partir de radical alteração na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e da terceirização ampla e irrestrita, da revisão permanente dos benefícios previdenciários aprofundados com a aprovação da contrarreforma da Previdência Social em 2019, conjugando a refuncionalização do Estado, a partir do neoliberalismo e do autoritarismo. (SOUZA; SILVA, 2019). Mais recentemente, o desmonte revela nossa tragédia, através da PEC 32 e a PEC dos Precatórios, que preveem imensas repercussões, que tendem a institucionalizar o domínio das finanças sobre os serviços públicos e sobre as políticas sociais.

Sob a justificativa da modernização trabalhista, com os custos do trabalho rebaixados e um completo desmonte da proteção social foi possível produzir, concreta e subjetivamente, formas de controle e disciplinamento sobre os trabalhadores e trabalhadoras, além de consensos em torno da sociabilidade requerida pelo capital, e da necessidade de os trabalhadores gerirem individualmente o seu trabalho, o seu tempo, a sua reprodução e da sua família.

Nessa conjuntura, importa sublinhar a fragilidade da democracia liberal e os ataques permanentes ao Estado democrático de direito, especialmente, em economias dependentes, muito mais limitadas pelos poucos recursos alocados nas políticas sociais e cortes de investimentos em ciência e tecnologia. Soma-se a tudo isso, as insuficientes resistências coletivas, aplacadas pelo medo do desemprego, da fome e da miséria.

Durante o governo Bolsonaro fica patente o panorama de abandono das classes pauperizadas e a ausência de projetos de enfrentamento à crise. O imediato e o provisório, o irracionalismo e o negacionismo das concepções que sustentam este governo, criam um ambiente do *salve-se quem puder*. O informal ganhou força com a mediação das tecnologias e plataformas digitais e revelou que esta modalidade de trabalho foi e continuará sendo a única alternativa ao desemprego. A mediação das tecnologias “[...] empurra a classe trabalhadora para enredar-se em atividades e tarefas caracterizadas pelo trabalho simples, e/ou a integrar-se ao ambiente dos empreendedores” (AMARAL, 2021, p. 65).

Nesse sentido, é imperativa a necessidade de conhecer e se aproximar dessa nova fração da classe trabalhadora, que está exposta a uma precariedade vital e aos novos elementos e mediações que, a partir da crítica da economia política, vinculam o trabalho sob o capital às manifestações concretas da vida social e, conseqüentemente, com as expressões da questão social na contemporaneidade.

## **TENDÊNCIAS DO DEBATE DO TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL NO SERVIÇO SOCIAL**

A ementa orientadora do GTP Trabalho, Questão Social e Serviço Social no Brasil, desde as suas origens, tem sido amplamente debatida e atualizada pelos pesquisadores/as estudiosos da temática, cujos conteúdos revelam uma articulação orgânica com as Diretrizes Curriculares, de 1996, e com as necessidades de uma formação atenta às problemáticas sociais contemporâneas, como parte da organização da vida social em que se produz a riqueza, que é social e coletiva, e, no mesmo movimento, esta riqueza é apropriada privadamente pelos capitalistas, numa tentativa de construção de uma hegemonia para expansão e legitimação do seu projeto de dominação de classe.

Nesse contexto, uma parte da literatura da área de Serviço Social que analisou a relação trabalho e questão social sinaliza para a predominância de estudos gerais das categorias da economia política, todavia, com insuficientes mediações sobre o trabalho. Tais estudos privilegiam a questão social no contexto das particularidades sócio-históricas da sociedade brasileira, sem que a realidade dos demais países da América Latina tenha um lugar de destaque no debate. Essa insuficiência foi apontada nos estudos de Santos (2008), e reconhecida por autores considerados clássicos no debate da questão social, como Iamamoto (2008) e Netto (2012).

A expansão das pós-graduações no Brasil e, conseqüentemente, das pesquisas produzidas privilegiadamente nesses espaços, além de abrirem caminhos para os estudos e investigações sobre as distintas expressões da questão social, contribuíram, sobremaneira, para a incorporação da tradição marxista no âmbito da formação e da produção de conhecimentos. Evidente que o percurso dessa trajetória de produção de conhecimentos que pretende compreender, analisar e interferir na vida social com base nos fundamentos do materialismo histórico-dialético apresentou limites, mas não se pode negar que apresentou/apresenta uma potencialidade e riqueza incontornáveis na formação de uma massa crítica profissional capaz de dar respostas qualificadas aos problemas de cada período histórico.

Podemos afirmar que o Serviço Social alcançou uma maturidade intelectual através de um caldo cultural de viés progressista e de esquerda, disputando e fazendo embates com as pautas regressivas e afinadas com as ideologias neoliberais, que se apresentam como pós-modernas.

Mesmo reconhecendo o vigor da resistência da profissão no campo teórico-metodológico, expressos nas formulações dos Núcleos da Formação Profissional e respectivos conteúdos, a dinâmica da realidade revela um conjunto de novas determinações e mediações que nos obrigam a reivindicar a tradição marxista e seu rigor de análise para enfrentar as complexas relações presentes no cotidiano.

Ademais, não podemos deixar de explicitar que, mesmo sendo alvo de brutais cortes de recursos, as universidades públicas brasileiras lograram, por meio de organização e das lutas de suas representações sindicais mais combativas, a realização de concursos para o ingresso de novos docentes nos seus quadros profissionais. O ingresso e renovação de um conjunto de docentes de uma nova geração, particularmente, àquela que vivenciou os ares democráticos dos anos de 1980, mas, também aquelas que nos anos 1990 resistiram politicamente às contrarreformas de todo tipo, permitiu impulsionar estudos e pesquisas capazes de alargar a compreensão dos fenômenos sociais contemporâneos em suas complexidades, abordando-os à luz de leituras originais de pensadores latino-americanos que não se distanciaram da tradição marxista, mas a enriqueceram para entender as particularidades das problemáticas e diversidade presentes no continente.

Não obstante esses avanços, as mediações da conjuntura e da estrutura tiveram um peso significativo na refuncionalização do papel do Estado, das instituições públicas, das políticas sociais e da universidade, aí incluído do projeto de formação profissional do Serviço Social. A mercantilização da educação, a massificação do ensino na modalidade de ensino à distância, o aligeiramento dos processos educacionais, as contrarreformas em curso e as já consolidadas tensionam o projeto profissional e expõem algumas tendências identificadas no âmbito da relação trabalho e questão social, desde 2015, quando da realização de uma pesquisa mais

sistemática, conduzida pelos membros do GTP e que envolveu uma parte representativa dos programas de pós-graduação em Serviço Social.

Os resultados obtidos sinalizaram para a presença de análises liberais e fragmentária sobre o trabalho, como a significativa incidência do debate sobre pobreza relacionada à inclusão social, a partir de estudos sobre programas de geração de renda, empreendedorismo e qualificação para o mercado de trabalho (ABEPSS, GTP TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL, 2015). Estas abordagens, por sua vez, estão conectadas às ideologias pós-modernas na produção teórica, perpassando desde tendências da gestão empresarial ao debate da nova questão social e as *novas capacidades e capital humano*.

Estes princípios, muito embora estejam na versão mais branda do capitalismo, apresentam em seus elementos fundantes a busca incessante pelo lucro e, portanto, a manutenção do sistema capitalista e os arranjos para obtê-los, mediante a ideia de *capitalismo mais humanizado* (OLIVEIRA, 2012). Ainda que para sua sobrevivência ofereça um compromisso mais social, não rompe, contudo, com os laços dos seus princípios.

Neste contexto, o discurso afeta os acentos dos pesquisadores brasileiros e no caso específico, traz uma (re) significação da noção de questão social numa disputa política, e, sobretudo, ideológica pela adesão ao credo pós-moderno e/ou a retórica da *crise dos paradigmas*. Segundo Netto (2010) na configuração desta (re) significação não há um intento de naturalizar como antes (nos primórdios da concepção da “questão social”

[...] mas há um batalhão de ideólogos que opera, fundamentalmente, no sentido de sua *desistorização* e da sua *semiologização*. O primeiro movimento é flagrante na recusa explícita em compreender a “questão social” como necessariamente vinculada à lei geral da acumulação capitalista – uma vez operada esta desvinculação, está aberta a via para desistorizar a “questão social”, mesmo que sob o verniz de ‘historicizá-la’ mais amplamente, tornando-a uma questão transistórica (no fundo, *meta-histórica*). O segundo mais sutil, revela-se na expressa preocupação em ‘deseconomicizar’ o trato da “questão social”, tornando a noção ‘mais aberta’, ‘mais flexível’ – preferencialmente uma noção conectada à ideia de ‘contrato social’, embasada culturalmente (NETTO, 2010, p. 15, grifos do autor).

Entretanto, no largo do debate, este pensamento oposicionista e polarizador não contribui, em nada, para pensar a “questão social” na sua totalidade e como parte do movimento da sociedade capitalista. É na consideração dessas tendências como uma realidade que se desenrola no seio da produção teórica do serviço social, de maneira dissonante e oposta às orientações pautadas pelas Diretrizes Curriculares (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996; 2002), que percebemos a urgente tarefa de nos apropriarmos de tais orientações e construirmos mediações, a partir da crítica da economia política que possam avançar nas análises das particularidades e enfrentar, teórica e politicamente as tendências emanadas dos interesses das classes dominantes, conservadoras ou pós-modernas.

Permanece, ainda, uma compreensão incompleta das particularidades da questão social, a partir da análise da dinâmica do trabalho desde a realidade brasileira, expressas em face a diversas determinações da relação contraditória entre o capital e o trabalho no Brasil: por exemplo a articulação com o debate da questão agrária, das singularidades regionais, da questão étnico-racial, opressões de gênero, dentre outras.

Ainda é identificada a débil apropriação dessas medições para o avanço da compreensão das particularidades da relação contraditória entre capital e trabalho no Brasil, ou seja, as determinações particulares da luta de classes e seus desdobramentos como expressões da questão social. Neste sentido, postulamos o necessário avanço na problematização dessas temáticas numa perspectiva histórico-dialética.

Na recuperação das categorias da crítica da economia política, para a análise concreta da realidade concreta, como suscitou Lenin, requer-se ter em vista a dinâmica da dominação territorial pelo capital e as lutas pela terra, no campo e na cidade, nas diferentes regiões do país; bem como sua articulação com a dinâmica global da reprodução do capital, na qual o Brasil se insere como uma economia dependente e fornecedora de bens primários.

No que tange às lacunas na apropriação das particularidades da formação social brasileira, no debate da questão social constata-se uma tendência a não se incorporar acerca da questão étnico-racial e suas determinações na totalidade das relações sociais no Brasil, uma demonstração cadente. Somente nos anos mais recentes a apropriação dessa temática de maneira mais politizada teve lugar no âmbito das organizações acadêmicas e políticas do Serviço Social. É certo que a chegada mais expressiva de estudantes negras/os nas Universidades, fruto da expansão universitária e das políticas afirmativas foi fundamental para esse avanço. Entretanto, nem de longe, se caminhou para a centralidade e transversalidade desta temática na compreensão das particularidades da questão social, e portanto, para a efetivação de uma apropriação crítica das diretrizes curriculares da ABEPSS, como aponta Elpídio (2020) e Souza (2020).

Como pensar as relações sociais, num país marcado por quase quatro séculos de escravidão negra e indígena e que jamais efetivou qualquer medida de enfrentamento da desigualdade sócio-racial gerada por aquele processo, sem interpelar as determinações que ele lança sobre as relações sociais? Essas questões, pulsantes nesse momento histórico, passam a ser vocalizadas no âmbito da profissão, onde estudantes e profissionais negras/os e indígenas nos instigam a pensar. E é essa perspectiva que, ao ganhar espaço no âmbito das pesquisas, acentua a necessidade urgente de se debruçar sobre as particularidades da nossa formação social, sem incorremos nos riscos dos particularismos e identitarismos.

Esta é uma temática que merece ser adensada no campo da produção teórica do Serviço Social, sendo muitas vezes apresentada de maneira fragmentada e dissociada da totalidade das contradições fundadas pelo colonialismo e continuadas pelo capitalismo dependente. Entretanto, tal fragmentação, como muito se especula, não é fruto apenas do tensionamento que as perspectivas de cunho liberal pós-moderno têm avançado nas disputas teóricas da área. Ela expressa, também, as nossas dificuldades na apropriação correta das categorias analíticas para a realização de análises das relações sociais no Brasil; revela a força do colonialismo e da dominação eurocêntrica nas universidades, que se mantém firme, mesmo em cursos que lograram dar alguns passos no sentido crítico, como o Serviço Social. Os poucos estudos que exploram as análises de autores críticos do pensamento social latino-americano se contrapõem a uma presença cada vez mais massiva, inclusive nas disciplinas sobre a nossa formação sócio-histórica, de intelectuais da classe dominante.

Assim, o que se identifica, atualmente, no âmbito das revisões curriculares dos cursos de graduação em Serviço Social, é a criação de um conjunto de disciplinas optativas/eletivas para a

discussão da temática étnico-racial, como mais uma questão específica. Se por um lado, a existência dessas disciplinas inegavelmente se constitui um avanço, dado à ausência/insuficiência da temática nos projetos pedagógicos, sua construção, dissociada da centralidade do trabalho, da sua particularidade na formação social brasileira e da dinâmica particular da exploração, pode esvaziar de conteúdo a necessidade que se tem de entrelaçar a riqueza do debate desde a perspectiva da economia política.

Nesse sentido, entendendo as lacunas a serem supridas, o desafio a ser percorrido é conferir à temática étnico-racial, mas não só à ela, exclusivamente, no âmbito do currículo e da formação profissional o mesmo lugar que ela tem na realidade brasileira (de determinação fundamental das relações sociais, mediação da relação entre capital e trabalho, expressão da dinâmica particular da dominação do capital sobre o conjunto da classe trabalhadora, fundamental à acumulação e à superexploração da força de trabalho).

Esse movimento requer que avancemos no sentido de articular o racismo, as relações sociais de sexo e a classe nas suas múltiplas e complexas expressões, como mediação fundamental na análise sobre a realidade concreta do trabalho, da produção do valor e, portanto, da questão social no Brasil. Nesses termos, tanto se qualifica o debate dessa relação quanto o do trabalho e da questão social, superando alguns limites indicados nas tendências dos estudos sobre a questão social no Serviço Social brasileiro.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No cerne das transformações que marcam o mundo do trabalho no panorama mundial, nas últimas décadas, um diálogo cada vez mais aproximado com a obra marxiana é crucial, sobretudo, em relação ao caráter contraditório do trabalho e a materialidade do fenômeno alienação e emancipação nas suas expressões e mediações com o real.

Isto posto, sustentamos que qualquer aproximação com uma análise da realidade distante da compreensão da essência do real vivenciados pelos homens está fadada à reprodução deste sistema fetichizado e destrutivo. Mais que isso, significa a derrota da razão moderna e a afirmação de perspectivas idealistas, restauradoras, funcionalistas e pós-modernas que grassam no mundo.

Ao reconhecer que o capitalismo contemporâneo impõe uma reatualização das suas formas históricas, e, na medida em que as relações sociais se complexificam, há uma tendência de análise das particularidades que o constituem descolada da dinâmica de reprodução do capital.

Concretamente, sustenta-se aqui que a análise da “questão social” contemporânea passa, necessariamente, pela investigação do trabalho e das suas formas de avançar sobre ele, tornando-o cada vez mais alienado, explorado e expropriado ou seja, compreender os níveis, os mecanismos e os meios do atual estágio de subsunção do trabalho ao capital, pois como se sabe o processo de subsunção do trabalho ao capital acompanhou os diferentes estágios de desenvolvimento do modo de produção capitalista (LARA, *et al.*, 2015).

A projetiva perda da historicidade da centralidade do trabalho e da questão social nas Diretrizes Curriculares (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1997;

2001) exige, portanto, a necessária recuperação da base material na direção da validação e ampliação das Diretrizes e corporificação do projeto ético-político.

É verdade que o Serviço Social brasileiro, através das representações da categoria profissional e dos GTPs exercitou a sua função pedagógica no sentido de identificar as contradições em processo, buscar o enfrentamento teórico e político dos sincretismos, ecletismos, pluralismos abstratos e indiferenciados e dar sentido e direção a uma perspectiva profissional crítica e totalizadora. O arsenal das Diretrizes Curriculares possibilita-nos, nesse momento, afirmar o vigor, a ousadia e os princípios nelas contidos. Isso não significa dizer que elas são eternas no sentido que Marx confere às categorias de análise imutáveis. Necessitam, sim, de um balanço que envolva um debate democrático e fraterno, situando os elementos que precisam ser fortalecidos e incorporados, sem abrir mão da centralidade que lhe é determinante:

Sem desmerecer o peso dessas conquistas, é inegável que o Serviço Social ainda tem muito a fazer, sobretudo em um contexto que nos acena com perigos e riscos efetivos, como por exemplo, as inúmeras propostas de reformas, entre elas a reforma universitária e a avalanche de cursos de Serviço Social à distância; a onda pós-moderna, que põe em risco o projeto ético-político da profissão e aponta para a recriação de perspectivas que pensávamos já superadas, até mesmo influenciando em um retrocesso do próprio trabalho profissional (LARA, *et al.*, 2015, p. 65-66).

Em tempos de avanços a passos largos de uma conjuntura dramática de crise mundial que afeta todas as dimensões da vida social e recrudescimento de práticas facistizantes que impõem uma agenda conservadora e reacionária no plano comportamental e, na esfera econômica, um conjunto de ajustes e contrarreformas, podemos afirmar que a dinâmica histórica presente nos coloca diante de profundos retrocessos civilizacionais.

Nesse contexto, a profissão do Serviço Social é frontalmente atingida e seu projeto profissional tensionado, diante da pilhagem do fundo público, da extinção de direitos sociais e de políticas sociais, particularmente, as referentes ao campo do trabalho, de eliminação e/ou tentativas de apagamento das formas representativas de participação da sociedade nos espaços antes reconhecidos como de socialização política, somadas às renovadas formas de subsunção do trabalho ao capital, que destroem empregos e toma a informalidade e precarização como regra, constituem o cenário no qual o Serviço Social se depara e enfrenta como parte do trabalho assalariado igualmente determinado pelas injunções da reprodução do capital.

Numa perspectiva de impulsionar e adensar os debates sobre temáticas inerentes à formação profissional e produção teórica crítica, os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) da ABEPSS se apresentam como possibilidades históricas para o acúmulo de estudos, pesquisas e amadurecimento da produção de conhecimento do Serviço Social. E, nessa conjuntura, assumem imensos desafios no sentido de se tornarem referência coletiva de análise da realidade e de intervenção crítica qualificada que consigam apreender o movimento do real na sua totalidade histórica, na contracorrente do pensamento anti-intelectual, anti-ciência e conservador que tem inflexionado as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e da prática profissional.

Portanto, é com a compreensão dessas tendências que miramos os desafios para o Serviço Social, e para as pesquisas sobre os novos fenômenos que se articulam à temática trabalho e questão social no sentido de avançar no aprofundamento das teorias que se direcionam para a

interpretação da vida social, em contraposição às teorias que têm como objetivo a análise das realidades da natureza.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social resolução nº 15, de 13 de março de 2002**. Brasília (DF): ABEPSS, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social. **Caderno ABESS**: São Paulo: Cortez Editora, n. 7, nov. 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Relatório do Grupo Temático de Pesquisa: Trabalho, "Questão Social" e Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 15, n. 30, p. 517-549, jul./dez. 2015.

AMARAL, Angela Santana do. Precarização estrutural e exploração da força de trabalho: tendências contemporâneas. **Argumentum**, Vitória, v.10, n. 3, p. 244–256, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/19549>. Acesso em: 20 out. 2021.

AMARAL, Angela Santana do. As sociabilidades necessárias ao capital: o trabalho em migalhas no contexto da pandemia da COVID-19. **Em Pauta**, v.19, n. 48, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/60291/38406>. Acesso em: 29 nov. 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Questão Social e Direitos Sociais**. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. V.1. Brasília (DF): CFESS; ABEPSS, 2009.

CARCANHOLO, Marcelo D. **Dependencia, Super-Explotación del trabajo y crisis: Una interpretatción desde Marx**. Madrid: Maia Ediciones, 2017.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para enfrentamentos das desigualdades sociais. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez Editora, n. 132, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/kHzqt9vwyWmMyFd6hZjDmZK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2021.

ELPÍDIO, Maria Helena. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. **Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 519-527, set./dez, 2020. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802020000300519&lng=p&t&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802020000300519&lng=p&t&nrm=iso). Acesso em: 29 nov. 2021.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**: Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, jan./jul. 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1985.

LARA, Ricardo.; MARANHÃO, César. Fundamentos do trabalho “questão social” e Serviço Social. In: SILVA, Maria Liduina. O. e; SOUZA, Edvânia A. de (Orgs.). **Trabalho, Questão Social e Serviço social**. São Paulo: Cortez Editora, 2019., p. 37-60.

LARA, Ricardo; SITCOVSKY, Marcelo, LOURENÇO, Edvânia; NOGUEIRA, Claudia; GOMES, Vera; SILVA, Maria Liduina. NOTAS DO GTP TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 15, n. 30, p. 53-67, jul./dez. 2015.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. Aula 3 - Trabalho, Questão Social e Racismo em tempos de pandemia COVID-19 por Tereza Martins (UFS). **Fórum de Debates e Entrevistas**: Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e Serviço Social, 1º maio 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TKnRkkGHM2A>. Acesso em: 20 out. 2021.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: insurgência intelectual e legado político. In: SILVA, Maria Liduina Oliveria e. (Org.). **Serviço Social no Brasil**: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez Editora. 2016.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete. **A nova fábrica de consensos**: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2000, p. 23 -44.

NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2028>. Acesso em: 29 nov. 2021.

NETTO, José Paulo. Prefácio. CORLETTTO, Alejandra Pastorini. **A categoria “questão social” em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p.11-17. (Coleção questões da nossa época, v. 17).

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da Questão Social. **Temporalis**: Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, v. 2, n. 3, p. 41-49, jan./jun. 2001.

OLIVEIRA, Ana Cristina de O. Conservadorismo, Banco Mundial e Serviço Social: o (neo) desenvolvimentismo e as reformas sociais. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 18, n. 35, p. 244–264, jan./jun. 2018.

OLIVEIRA, Ana Cristina de O. de. **Crítica à nova sociabilidade do capital**: por um “capital mais humano”. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço

Social da Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, Josiane. S. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, José Fernando S. da. O debate crítico do Serviço Social na América Latina: gênese e desenvolvimento no Brasil. In: SOUZA, E. A. de; SILVA, M. L. O. S. (Orgs.). **Trabalho, questão social e Serviço Social**: a autofagia do capital. São Paulo: Cortez, 2019, p. 103 -124.

SOUZA, Cristiane L. S. Racismo, conservadorismo e Serviço Social. **Libertas**, Juiz de Fora (MG), jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32044>. Acesso em: 29 nov. 2021.

SOUZA, Edvânia. A. de; SILVA, Maria Liduina. O. S. (Orgs.). **Trabalho, questão social e Serviço Social**: a autofagia do capital. São Paulo: Cortez, 2019.